

DEPUTADOS ENTREGAM AO MINISTÉRIO PÚBLICO O VOTO EM SEPARADO (RELATÓRIO ALTERNATIVO) DA CPI DA DÍVIDA

Ministério Público acolhe a documentação entregue, dando início ao processo de investigação sobre os diversos e graves indícios de ilegalidades apontados nas análises efetuadas durante a CPI da Dívida Pública

Entidades da Auditoria Cidadã da Dívida reúnem com Procurador Geral da República para pedir apoio à Ação da OAB pelo cumprimento da Constituição Federal e realização da Auditoria da Dívida



Deputados Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), Ivan Valente (PSOL/SP) e Hugo Leal (PSC/RJ) entregam o Voto em Separado para o Sub-Procurador Eugênio Aragão. Foto:

Mariane Andrade.

Boletim elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida

Brasília, 18 de maio de 2010

Hoje, 18 de maio de 2010, foi entregue ao Ministério Público Federal o Voto em Separado (Relatório Alternativo) da CPI da Dívida Pública, elaborado pelo Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, proponente da CPI), e pelas entidades integrantes da Auditoria Cidadã da Dívida. O Voto teve o apoio e a co-autoria de mais sete parlamentares: Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), Hugo Leal (PSC/RJ), Cleber Verde (PRB/MA), Julião Amin (PDT/MA), Pedro Fernandes (PTB/MA), Carlos Alberto Canuto (PSC/AL) e Ernandes Amorim (PTB/RO).

O Voto em Separado incorporou o conjunto de 8 (oito) Análises Preliminares realizadas pela equipe técnica que assessorou a CPI (assinadas por Maria Lucia Fattorelli e Aldo Molina, que contaram com fundamentais aportes de Rodrigo Ávila, Daniel Bin, Luiz Cordioli, Flávia Piovesan, Raimunda Nonata, Laercio Reis, Cristine Maia, Daniele Casarin, Maria Aparecida, Fábio Bueno, Francisco Filippo, João Pedro Casarotto e outros) sobre os seguintes temas:

o Análises 1 a 4: Resgate dos Relatórios Finais das Comissões Parlamentares anteriores que analisaram o tema do endividamento público no Congresso Nacional;

o Análise 5 - Dívida Externa

o Análise 6 - Dívida Interna

o Análise 7 - Dívida dos Estados

o Análise 8 - Dívida dos Municípios

O Voto em Separado também incorporou análises de contratos de endividamento externo feitas por entidades da sociedade civil, e outras análises apresentadas pelas entidades na Audiência Pública da CPI, realizada dia 4 de maio de 2010.

Os deputados enfatizaram a confiança que depositam no Ministério Público Federal, ressaltando que a instituição tem cumprido seu papel, tem sido vigilante, e não

poderá deixar de lado a investigação do endividamento público, que envolve a parcela mais relevante dos recursos do Orçamento da União.

O Voto em Separado aponta diversos e graves indícios de ilegalidades na dívida pública brasileira, a exemplo da aplicação de juros sobre juros (já considerados ilegais pelo Supremo Tribunal Federal), evidências de relevantes danos ao patrimônio público e a violação dos Direitos Humanos e Sociais, dado que o pagamento dos juros sobre juros da dívida consome grande quantidade de recursos que faltam às áreas sociais fundamentais.



Na entrega do Voto em Separado, o Procurador da República José Alfredo, o Deputado Federal Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), o Sub-Procurador Eugênio Aragão, e os Deputados Federais Ivan Valente (PSOL/SP), Hugo Leal (PSC/RJ) e Julião Amin (PDT/MA). Foto: Mariane Andrade.

O Procurador da República Dr. José Alfredo de Paula Silva ressaltou que o Ministério Público, dentro de suas atribuições, tem condições de se debruçar

sobre todo o material produzido pela CPI, ou seja, a investigação não se limita ao Voto do Relator, mas abrange todo o material produzido pela CPI. A partir das investigações e à luz do suporte probatório, o MP formará seu juízo de convencimento e toma medidas cabíveis, especialmente nos casos que tenham dado causa a danos patrimoniais, explicou.

O Sub-Procurador Geral da República, Dr. Eugênio Aragão, coordenador da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão - responsável pelas questões do Patrimônio Público e Social e Improbidade Administrativa - também reafirmou que o Ministério Público analisará todo o material produzido pela CPI, e realizará as investigações necessárias, ressaltando que o MP tem a obrigação de colocar luz sobre o tema e dizer à sociedade quem são os atores que contribuíram para dar essa dimensão impressionante à dívida pública.

O deputado federal Ivan Valente ressaltou o mérito da CPI em obter materiais e documentos importantes e colher depoimentos fundamentais. Agradeceu à participação das entidades da Auditoria Cidadã, especialmente de Maria Lucia e Rodrigo Ávila nas investigações tanto da dívida externa como interna que supera o patamar de R\$ 2 trilhões, com tremendos impactos sociais. Lamentou que o Relator da CPI não tivesse tratado desses impactos, ignorando o sofrimento e a humilhação do povo brasileiro. Mencionou que a dívida é feita basicamente de juros sobre juros, embora a grande mídia insista em culpar indevidamente o gasto público em geral. Depositou sua confiança nas investigações do Ministério Público e formalizou a entrega de seu voto, juntamente com os demais parlamentares presentes.

O deputado federal Hugo Leal ressaltou o momento em que se realizou a CPI, afirmando que o país está maduro para buscar a verdade sobre o endividamento, cuja investigação merece ser aprofundada, dada a relevância dos gastos com a dívida e a contínua repetição dos mesmos mecanismos financeiros. Afirmou que a CPI estava cumprindo seu papel ao entregar os documentos ao MP e que no Congresso irão prosseguir participando da Subcomissão de acompanhamento da dívida. Hugo Leal rendeu homenagem ao deputado Ivan Valente, por sua coragem e persistência desde a coleta dos votos para sua proposta de instalação da CPI. Afirmou que parte do sonho foi realizada. A outra parte, será quando forem apuradas as responsabilidades e reduzidos os juros, destinando-se recursos às áreas sociais.

O deputado federal Paulo Rubem Santiago ressaltou o importante trabalho do Ministério Público e afirmou que as omissões ocorridas na CPI vão provar, no futuro, o envolvimento de autoridades e o conflito de interesses, o desrespeito a princípios constitucionais, o valor da financeirização dissociada do trabalho, a apropriação da elevada carga tributária por uma ínfima parcela da sociedade, com aval de autoridades. Lamentou que o Relatório Oficial da CPI tivesse desrespeitado frontalmente o caput do requerimento da própria CPI, por isso foi necessário o Voto em Separado. Apelou pela defesa da República, que completa 121 anos, ao Ministério Público.

O deputado federal Julião Amin ressaltou a importância desse momento histórico em que parlamentares entregam essas denúncias ao MP. Lembrou que o volume da dívida é um fator de inquietação para a sociedade, devido ao grande comprometimento de recursos e afirmou que a auditoria dessa dívida tem que acontecer. Afirmou que se houvesse maior conscientização popular, o povo estaria nas ruas, exigindo a auditoria da dívida e assumindo sua posição patriota.

Acompanharam a entrega do Voto em Separado as seguintes entidades da sociedade civil: ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Bartira Silveira, Maria das Graças Felix), CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Osiris Barboza), CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Irmã Magnólia Rodrigues), FEBRAFITE - Federação Brasileira de Associações Fiscais de Tributos Estaduais (Presidente Roberto Kupski), SINASEMPU-DF - Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União (Cristine Maia), IDCB - Instituto de Direito Comparado e Internacional de Brasília (Franklin Rodrigues da Costa), Jacques Dornellas (Vice-Relator da CPI da Dívida de 1983), Carlos Alberto Lima (5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público), Auditoria Cidadã da Dívida (Maria Lucia Fattorelli, Rodrigo Ávila).

Posteriormente, os representantes das entidades participaram de breve reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida, quando avaliaram o processo da CPI da Dívida e planejaram os próximos passos do movimento. Brevemente divulgaremos a pauta, juntamente com relato completo da reunião.

Entidades da Auditoria Cidadã da Dívida reúnem com Procurador Geral da República

Dia 17 de maio de 2010, entidades da Auditoria Cidadã da Dívida reuniram-se com Roberto Gurgel, Procurador-Geral da República, para reivindicar apoio à "Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental" (ADPF) nº 59, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) impetrada em 2004 junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), para que o Congresso Nacional cumpra a Constituição Federal e realize a auditoria da dívida.



Entidades com o Procurador Geral da República, Roberto Gurgel. Fotos: Mônica Rodrigues - Associação dos Servidores do MPF

A Ação da OAB aguarda parecer do Relator no STF, Ministro Carlos Ayres Britto, que em 2005 recebeu do então Procurador Geral da República dois pareceres contrários à ADPF, sob o equivocado argumento de que o descumprimento do Artigo 26 das Disposições Transitórias - que prevê a Auditoria da Dívida - não caracterizaria a violação de um Preceito Fundamental.

As entidades então reiteraram ao atual Procurador os argumentos contidos na Ação da OAB, mostrando que o endividamento viola princípios fundamentais do Estado Brasileiro, tais como a Soberania, a dignidade da pessoa humana e erradicação da

pobreza (Artigos 1º a 3º da Constituição Federal). Cada entidade mostrou ao Procurador como a falta de recursos para suas respectivas áreas de atuação violam direitos sociais básicos, o que justificaria uma revisão dos pareceres anteriores, enviados ao STF.



Entidades com o Procurador Geral da República, Roberto Gurgel. Fotos: Mônica Rodrigues - Associação dos Servidores do MPF

As entidades também aproveitaram a ocasião para convidar o Procurador para estar presente na entrega oficial hoje, ao Ministério Público Federal, do Voto em Separado (Relatório Alternativo) assinado por 8 deputados da CPI da Dívida. O Voto em Separado traz diversos e graves indícios de ilegalidades e evidências de danos ao patrimônio público que demandam o aprofundamento das investigações pelos procuradores.

Gurgel se comprometeu a estudar o assunto, ressaltando que não é comum a Procuradoria Geral da República retificar pareceres anteriores, mas reconheceu que as constatações da CPI da Dívida podem representar sem dúvida um fato novo, que pode justificar uma nova manifestação.

Estiveram presentes na reunião as entidades ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), IFC (Instituto de Fiscalização e Controle), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), ASSTTRA (Associação dos

Servidores Técnicos em Transporte e Segurança do Ministério Público da União), ASMPF (Associação dos Servidores do Ministério Público Federal) e Auditoria Cidadã da Dívida.

Com o presente boletim, encerramos a fase da CPI da Dívida Pública e estaremos acompanhando o desdobramento das investigações junto ao Ministério Público Federal, bem como realizando eventos e publicações para divulgar as importantes descobertas da CPI e demais ações deliberadas pelo Conselho Político.

Brasília, 18 de maio de 2010

Maria Lucia Fattorelli

Rodrigo Ávila

COORDENAÇÃO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA